ESTADO DE SÃO PAULO

ÍNTEGRA

Cardoso, FH - discurso 09 MAI 1997 pc 8

"Estamos preparando uma verdadeira revolução"

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso no 5º Encontro Nacional dos Interlocutores do Comunidade Solidária no Palácio do Planalto:

"Creio que a exposição da doutora Ana Peliano foi suficientemente sugestiva e clara para me poupar de repetir os conceitos mais gerais que ela já transmitiu com propriedade.

Eu queria aproveitar esses minutos de que dispomos, aqui em conjunto, primeiro, para agradecer a presença de todos, o trabalho que tem sido feito pela Comunidade Solidária, pelo Conselho da Comunidade, pelos interlocutores, pelos governadores, pelos prefeitos, enfim, por essa imensa quantidade de pessoas que um programa dessa natureza mobiliza.

Segundo para, embora rapidamente, fazermos um balanço do que foi feito com os programas que estão dentro do âmbito da Comunidade Solidária.

Se me permitirem, embora possa ser um pouco cansativo, acho que sempre é interessante ter uma visão quantitativa das coisas porque, senão, a gente faz afirmações sem números. E números sem comparações ficam no abstrato. Então gostaria de mostrar aí, através dos slides que creio que estão preparados. Não sei onde serão projetados. Alguns slides mostram, para começar, a quantidade de recursos que nós utilizamos nesses dois anos de existência do programa, para que se verifique como eles foram ampliados.

Aí se vê. Em 1995, nós tínhamos R$ 980 milhões, em 1996, R$ 1,4 bilhão; e, em 1997, R$ 2,78 bilhões. É, 2 bilhões e 780 milhões de reais. O número absoluto já é expressivo. No Orçamento de 1997, é dotação orçamentária. E os outros são executados, quer dizer, efetivamente executados. Espero que, desta vez, a dotação orçamentária seja executada. Nós temos feito um grande esforço para executar, pelo menos, os programas do Comunidade Solidária.

E o orçamento do Brasil, que era uma peça de ficção, está se tornando cada vez mais uma peça de realidade de tal maneira que, este ano, nós não contingenciamos o orçamento. Apenas fizemos uma reserva de 15% dos programas para o caso de haver oscilação na receita. Mas esse caso é muito pouco provável. Então, não existirá, este ano, a dor de cabeça que caracterizou a gestão financeira.

Fui ministro da Fazenda e sempre coube ao ministro da Fazenda o papel de ser o mau de todo o governo. É, na verdade, por mais que ele se esforçasse, para salvar, na verdade, o orçamento e a moeda, ele era sempre percebido, juntamento com o do Orçamento como os dois que fazem o papel de vilões da história. Agora, quem sabe, o sorriso do ministro Malan possa corresponder ao sorriso dos outros também, no sentido de que estaremos todos felizes porque o orçamento não vai ser contingenciado. Bem, vêem que o esforço foi grande.

Claro que esses recursos foram distribuídos. Nós procuramos distribuí-los de tal maneira que as regiões mais pobres do Brasil tivessem acesso a esses recursos. Esses dados, aí, mostram que o Sudeste teve 22%; o Centro-Oeste 10%; o Sul 12%; o Nordeste 42%; que foi o grosso dos recursos, e o Norte 12%. Isso corresponde ao esforço que está sendo feito de um desembolso mais equilibrado em termos das regiões que mais necessitam.

Para que tivesse havido esse aumento de gasto houve, naturalmente, também, uma ampliação dos recursos em termos dos municípios atendidos. Eles cresceram cerca de quatro vezes, ou estão crescendo cerca de quatro vezes. Partimos, em 95, de 302 municípios. Em 96, atingimos 1.111. Esperamos atingir em 97 1.966.

E, como os senhores todos sabem, os critérios para que esses municípios sejam atingidos são absolutamente técnicos. Nunca houve interferência política. Política sim de recuperação das áreas, política sim de combate à pobreza; mas não política de influência de A, de B ou de C, para que meu município seja incluído, ou o município da área de influência política de alguém seja incluído no programa.

É claro que há algumas situações que são difíceis de explicar, porque são municípios contíguos e um é incluído e outro não. Isso se deve a critérios estatísticos e, muitas vezes, à falta de recurso para todos. Mas, mesmo assim, é melhor manter um rigor, digamos, técnico do que ceder a pressões eventuais porque depois o programa se desmoralizaria.

Eu creio que a essa altura ninguém mais tem dúvida de que o programa ou o conjunto de programas do Comunidade Solidária não tem nada a ver com distribuição de poder. Não tem nada a ver nem com campanha eleitoral, nem com o prestigiamento de políticos, incluindo o presidente da República. Tem a ver exclusivamente com o que se acredita ser o interesse da população mais necessitada.

Em seguida, nós temos a agenda básica desses programas que visam a redução, vamos às prioritárias: a redução da mortalidade infantil, a suplementação alimentar, apoio ao ensino fundamental, desenvolvimento urbano, geração de emprego e renda e educação e fortalecimento da agricultura familiar. Vejamos como é que isso se comportou.

Na área da mortalidade infantil, graças principalmente ao programa de agentes comunitários de saúde, houve, realmente, um avanço considerável no que diz respeito ao atendimento. Nós crescemos, no caso dos agentes comunitários de saúde. Passamos de 4,2 milhões de pessoas atendidas em 94, para 5, 1 milhões em 95, e esperamos alcançar em 96 6,7 milhões. Já alcançamos, são estimativas para 96. Mas de 94 para 95 e 96, há um crescimento, vocês podem ver aí pela curva que é clara. E o número de agentes aumentou. Aumentou de 28 mil para 44 mil em 96. E nós estamos prevendo chegar a 100 mil em 97.

Se chegarmos mesmo — e nós vamos fazer força para isso — será um aumento, de 94 para 97, de 30 mil para 100 mil, de três vezes. Já chegamos a um aumento considerável de 28 mil para 44 mil.

Bem, esses agentes atendem a esse número de famílias, que é crescente, e eles são fundamentais. Veja-se o gráfico seguinte, a respeito do combate à desnutrição infantil. Da mesma maneira, nós, hoje, os programas de combate à desnutrição infantil atendem, hoje, três vezes mais municípios do que atendiam em 94. Passamos de 251 para 802. E o número de beneficiários, de 460 mil para 1,2 milhão. Eu creio que, depois, vocês poderiam ter até acesso a esses dados, que convém ter e conferir, inclusive criticar: 'É esse, não é isso', porque é assim que a gente avança na informação.

De qualquer maneira, disso aí resultou que a internação por carências nutricionais caiu sensivelmente. Em 94, nós tínhamos 56.700 internações e passamos a 30.900 em 96. Quer dizer, é uma queda de quase 50%, em dois anos. Isso é básico, porque é a filosofia básica do governo. É a prevenção, evitar que as pessoas tenham de ser internadas. O ministro César Albuquerque está dando mais ênfase ainda, recentemente, a esse programa. Daí o esforço de aumentarmos o número de agentes comunitários de saúde. Muitos dos senhores, provavelmente, conhecem o programa. Eu vi, in loco, em mais de um Estado do Brasil isso funcionando. Fui à casa das pessoas que são atendidas. Realmente, é uma mudança qualitativa, porque, ao invés de ir para o hospital, a pessoa é atendida em casa. Ao invés de ter problemas de ser internado por desnutrição, é melhor nutrir a criança para evitar a desnutrição. Então, isso tem avançado. Aqui, nós estamos nos referindo a crianças de menos de quatro anos de idade, que são as que são atendidas por este programa.

A conseqüência está óbvia no gráfico seguinte, que é a queda violenta da taxa de mortalidade infantil. Os dados disponíveis são da Pastoral da Criança da CNBB que, até quanto eu saiba, é insuspeita no que diz respeito a analisar os dados do governo. São 2.500 municípios que a Pastoral acompanha. E lá se vê — há um gráfico um pouco mais amplo, porque vai de 1992 até 96 — tínhamos, na verdade 41 mortos para cada mil nascidos vivos e passamos a ter 17, em 96, para mil nascidos vivos. Quer dizer, houve, realmente, uma queda apreciável da mortalidade infantil. Bastante apreciável. E a mortalidade infantil é o índice, talvez, o mais expressivo, da mudança de condição de vida, porque, realmente, é aí que se vê, de imediato, o efeito de um conjunto de políticas.

E não se consegue diminuir a mortalidade infantil só com um programa. Aqui, nós estamos ressaltando alguns programas, mas é claro que, por trás disso, está a estabilidade da economia. Está o fato de que se tem o real, que propiciou, também, uma forte distribuição de renda. Todos os dados indicam isso. Não vi um dado que não indicasse isso. Houve um aumento real. Não só houve um aumento real de salários, como houve um aumento e uma melhoria, até mesmo, da distribuição de renda, no que diz respeito à proporção de ricos, com respeito à proporção de pobres. Os ricos, claro, continuaram ricos e até enriqueceram mais. Mas os pobres aumentaram mais depressa a sua renda, proporcionalmente, do que a dos ricos. Isso é uma coisa muito difícil de ser obtida, em qualquer país do mundo, porque a distribuição de renda é muito estável nas populações.

E não estou dizendo isso como quem acredite que, sozinho, o real vá continuar tendo esses efeitos. Vai-se precisar de outras políticas que continuem a provocar uma distribuição de renda. Mas a estabilização da moeda era condição necessária. Sem ela, não haveria nem possibilidade de delinear qualquer política. E, além disso, ela, por si só, já produziu uma transformação muito sensível na distribuição de renda. Basta dizer que as estatísticas têm mostrado, o Ipea fez um estudo mostrando que, nas seis principais áreas metropolitanas, 13 milhões de pessoas passaram da linha de pobreza. Então, são dados sensíveis. E aqui é um dos reflexos disso, no que diz respeito à questão da mortalidade infantil, que — eu repito — é fundamental para analisar o bem-estar social.

Muita gente fala do social. Mas precisa falar com dados. E dados que digam respeito não só a um momento, mas comparando. É claro que pode ser tudo muito melhor. É evidente. Se for olhar para os Estados Unidos, pode ser muito melhor nos Estados Unidos. A distribuição de renda lá, aliás, é muito ruinzinha. Mas o problema que se tem de perguntar não é se está bom. Sempre a gente vai achar que não está. Quem achar que está bom, está conformado, não muda nada. O problema é perguntar está melhorando ou não? O que está sendo feito está ajudando a melhorar? Pode-se fazer mais para melhorar mais ainda? Certamente, sempre pode. Só dizer que está ruim não adianta, porque é só mudar de governo e o próximo governo vai continuar dizendo a mesma coisa que eu. Aliás, no caso, seria eu que teria de dizer: está ruim, está péssimo. Olha que tragédia a situação... Porque é. Secularmente, é assim.

A pergunta verdadeira é: o que está sendo feito está melhorando, está deixando igual ou está piorando? Aqui, esses dados estão mostrando que está melhorando. Eu não vi, na área social, nenhum indicador que me dissesse o contrário, desses indicadores mais usuais, que são os que nós estamos mostrando aqui. Muito bem, se quiserem ver a distribuição da queda da taxa de mortalidade infantil por Estado, existe, aí, também um que vai mostrar que, em certos Estados, na Bahia, foi 52% de redução. Ceará, 42%. E por aí vai. Há uma distribuição, sobretudo nos Estados do Nordeste, que tiveram uma queda acentuada.

Precisa-se tomar cuidado, porque, muitas vezes, você tem lá: 'Sergipe caiu 32%.' Mas precisa ver qual é o nível em que estava, comparando com os outros. De qualquer maneira, a queda é muito acentuada nos Estados mais pobres.

Bom, um programa que foi inaugurado pelo governo do presidente Itamar Franco e que teve muito sucesso chama-se Prodea, que é distribuição de cestas básicas. Teve um aumento, de 95 para 96, em termos de cestas distribuídas, de 3 milhões para 7,5 milhões. Eu, freqüentemente, leio nos jornais: 'Diminuíram os recursos para o Prodea.' Bem, é preciso ver o que foi feito com o dinheiro. Aqui, o que vale é o resultado físico. Houve um aumento de distribuição de cestas ou não houve? Dobrou. Se diminuiu recurso — porque não sei se diminuiu ou não? tomara que tenha diminuído. Quer dizer, fez-se mais com menos.

O ideal de um país como o nosso não é jogar dinheiro em cima de programas. É que os programas dêem certo. A análise tem de ser quanto mais qualitativo, melhor. Certamente, aqui, no Prodea precisava até ver melhor. É necessário distribuir para quem está sendo distribuído ou pode distribuir melhor? Há muitos problemas que devem ser levantados nessa questão. O úncio que não pode ser dito é o de que houve diminuição, porque houve aumento. Dobrou. De — eu não sei se sei ainda aritmética — 3 milhões para 7,5 milhões, eu acho que dobra, não é? De 95 para 96. Quer dizer, dobrou. É uma coisa muito expressiva de esforço.

E sabem que isso nós estamos fazendo com os estoques de alimentação. Já estamos soltando os estoques de governo, o que permite aumentar consideravelmente. Precisa-se examinar esse programa também. Quer dizer, qual é o custo do transporte? Quem está transportando? Vale a pena? Como é que faz? É melhor mudar o tipo de renda? Nós sempre temos de estar querendo o melhor. E eu acho que a questão fundamental é avaliar. Sem avaliação, dizer que é bom ou que é ruim não tem significado, tem de haver uma avaliação cada vez mais exigente.

Bem, no que diz respeito à educação fundamental, também esses programas cruzam vários ministérios — O Ministério do Trabalho, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério da Previdência. São programas que abarcam o conjunto das atividades do governo. Apenas o Comunidade Solidária põe o selo naqueles programas que dizem respeito ao combate às áreas críticas de probreza, que não substituem os programas universais. O que é outra coisa que eu vejo, de vez em quando, umas críticas tão ridículas: 'O governo está se preocupando em fazer coisas localizadas.' Não. O governo faz os programas universais. Além dos universais, focaliza, porque, senão, não se acaba com a pobreza nas áreas de concentração de pobreza. Agora, obviamente, numa sociedade democrática, o objetivo não é ter programas localizados. No dia em que nós pudermos ter só programas universais, maravilha, porque nós teremos já alcançado um certo grau de igualdade na distribuição dos recursos públicos. Mas, enquanto isso não for alcançado, ao mesmo tempo em que o governo tem de ter os seus programas universais na área social, tem de ter os programas específicos. O Comunidade Solidária não cuida dos universais. Cuida dos específicos, utilizando-se, em parte, alguns programas que são universais e se reforça. Por exemplo, merenda. Reforça a merenda nas áreas do Comunidade Solidária, etc., etc.

Pois bem, no caso da merenda escolar, os recursos — é outra coisa interessante — não cresceram muito. Foram de 415 milhões, em 94, para 454 milhões, em 96. Mas os dias/ano de merenda aumentaram de 100 para 160. Ou seja, melhora a utilização dos recursos. É claro que quem quiser criticar ou for muito apressado, não tiver noção de número vai lá e diz: não houve aumento do recurso para merenda. Não é essa questão. Houve aumento da merenda ou não houve aumento da merenda? Até pelo contrário, deviam investigar o que aconteceu antes, porque não se deu mais merenda com tanto dinheiro. Esse é que é o problema. O enfoque tem de ser cada vez mais saber: está alcançando objetivo ou não está alcançando objetivo? O dinheiro vem depois.

Bem, eu entendo que dinheiro vem sempre antes porque inclusive na questão relativa à inflação todo mundo perdeu noção de dinheiro. Mas daqui há pouco eu vou fazer um comentário sobre essa questão para deixar mais claro e meu pensamento na matéria. Bem, a mesma coisa no item seguinte que diz respeito a transporte, material escolar, atendimento de vários municípios onde os recursos, além da merenda, passaram de R$ 76 milhões para R$ 108 milhões. Está aí um gráfico que vocês podem ver, é um programa adicional.

No que diz respeito ao desenvolvimento urbano, há um programa chamado PASS. Programa de Ação Social e Saneamento. Bom, esse programa, beneficiou em 96, 540 mil famílias em 727 municípios. É pouco. Na área de saneamento e na área de habitação, nós dispomos já de condições de aumentar muito o atendimento. O número que está aqui evidentemente se comparado, talvez tenha crescido, mas eu acho ainda que nós temos de dar uma atenção maior a isso, a essa questão, assim como no outro gráfico do Habitar Brasil, ou seja, um programa de habitação, moradias populares em municípios carentes. Nós atendemos 43 mil famílias em 659 municípios. É só dividir o número de famílias por município para ver que não é tanto assim. Por quê? Porque nessas duas áreas, de saneamento e habitação, nós estamos preparando uma verdadeira revolução.

Qual é a revolução? A revolução é a seguinte: os recursos no Brasil — eu tenho dito isso, mas me apraz repetir — os recursos no Brasil eram concentrados em algumas grandes empresas, tanto para saneamento quanto para habitação. Eram recursos da Caixa Econômica repassados às vezes aos Estados e aos municípios, às vezes diretamente às empresas, mas sempre sobre a ótica do grande empreendimento. Com a inflação, muito recurso foi dispendido com poucos resultados. A experiência de muito de nós é de ver conjuntos habitacionais vazios ou então ocupados antes de terminar, ou não entregues. Por quê? Porque não foram feitos tendo em vista a população. Foram feitos tendo em vista um programa abstrato de atender a demanda das empreiteiras, das construtoras, dos grandes tomadores de recursos. Bem, nós estamos mudando essa mentalidade. E é difícil mudar a mentalidade, porque não é só a mentalidade, são as práticas, mudar a burocracia.

A Caixa Econômica está fazendo um grande esforço nessa direção. É claro que os recursos de saneamento, aqui, são recursos que não vêm da Caixa Econômica, vêm de outras áreas, vêm da saúde basicamente, a fundo perdido. Mas nós temos de pensar, combinar as duas coisas: a fundo perdido e aqueles que são recursos normais que vêm do FAT, do Fundo de Assistência ao Trabalhador.

Nós, hoje, dispomos de muitos bilhões de reais para esses programas, muitos bilhões. Nós, no ano passado, nós não conseguimor gastar o dinheiro disponível. Por que eu lhes digo isso? Não é porque tenha muito dinheiro não. É porque mudou o modo de gastar; existindo os canais que permitam um gasto mais adequado à demanda pulverizada da população mais carente e mais pobre e sendo mais individualizado o atendimento. Cada um tem uma carta de crédito, por exemplo, e escolhe a sua casa, ou faz uma cooperativa. Criamos uma pluralidade de mecanismos, todos eles tendo como objetivo, não a grande empresa, mas os miríades de consumidores que existem. Isso leva algum tempo para se implantar. Estamos implantando. Daqui a algum tempo, as pessoas vão saber que existe mais ainda. As instituições financeiras vão ter aprendido a como dar dinheiro para quem não é grande. Não é fácil.

Então a razão pela qual eu acho que nós podemos fazer muito mais nessa área porque nós temos recursos e não temos, ainda, os mecanismos de gasto desses recursos. E o FAT é o Fundo de Assistência ao Trabalhador, é o recurso que é controlado pelos sindicatos. Não é um recurso do governo, é um recurso que tem um comitê com a participação dos sindicatos, é tudo transparente. Bom, então é uma mudança de mentalidade e requer uma mudança de estrutura de organização para poder fazer com que os recursos fluam.

E isso nós temos de ver, também, nesses recursos à fundo perdido do Ministério da Saúde, de que maneira. Com a Funasa como é que nós vamos atuar nisso aí. Essa coisa toda que é preciso verificar como é que se faz. Os recursos vêm, não do FAT, vêm do FGTS, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, me lembra o ministro Clóvis. O FAT é do emprego, tudo bem. Mas, de qualquer maneira, o processo é o mesmo. O FGTS é recurso do trabalhador e é controlado pelos sindicatos.

Então, são novos mecanismos que têm de ser postos em prática. No que diz respeito ao trabalho e renda, geração de emprego, temos o Proger e o Proger Rural. Não vou repetir os dados porque fica um pouco enfadonho. Mas houve um imenso esforço: 1,2 milhão trabalhadores foram capacitados, através de múltiplas organizações como os sindicatos, Secretarias do Trabalho, enfim, uma enorme quantidade de instituições. E, aí, é recurso do FAT, do Ministério do Trabalho. Também é recurso disponível. E também é preciso multiplicar esse tipo de atividade.

Quero, ainda, por fim, comentar mais um dado só, que é o do Pronaf. É a mesma questão. É um programa que foi criado nesse governo para atender a agricultura familiar. Bom, esses dados são muito animadores. Por quê? Porque, em 95, nós tínhamos R$ 36 milhões. Os recursos vêm do FAT, vêm dos fundos e do que se chama exigibilidade bancária que é um recurso que os bancos são obrigados dispor. Bom, atendemos a 19 mil famílias. Em 96, no ano passado, o Pronaf passou de R$ 36 milhões para R$ 650 milhões e foram atendidas 333 mil famílias. Esse programa é básico. Ele é fundamental. Ele nos foi proposto pelo pessoal da Contag e nós aceitamos o programa, fizemos o programa. Tivemos o mesmo problema: como é que o Banco do Brasil, que estava acostumado a dar dinheiro para os grandes produtores, muitos dos quais acabavam sendo incapazes de pagar o que tinham tomado lá — tínhamos de renegociar as dívidas de muitos deles, muitos com muita propriedade até não tiveram condições por causa dos planos econômicos, por causa da inflação, outros, por outras razões que não vêm ao caso criticar agora ou comentar agora — como é que se transforma uma instituição de crédito para os grandes em instituição para atender os pequenos? É muito complicado.

Aqui, o Banco do Nordeste foi à frente, fez um esforço muito grande. Está criando um programa chamado agentes comunitários de desenvolvimento, que vai lá, onde o pequenininho precisa de recurso. Manda uma kombi para ir lá, para ver qual é o atendimento. E estamos fazendo muitos contratos.

Pois bem, 333 mil famílias. Neste ano de 97, a meta é chegar a 600 mil famílias e colocar R$ 1,5 bilhão no programa. Não adianta pedir mais — eu sei que vão pedir — porque não tem como atender. Fica aquela luta tremenda. Faz o Orçamento. Põe lá. Não libera. Libera. E não tem mecanismo de atendimento de gestão para atender.

Mas esse programa é muito importante, porque ele é o que permite manter a unidade produtora familiar no campo, funcionando. Temos problemas, ainda, nesse programa, que é o que diz respeito à questão, não do custeio, mas de investimento, porque os bancos têm muita dificuldade de emprestar quando não há garantias. Para o custeio é mais fácil, porque ele pode, inclusve, hipotecar a própria safra. Então, estamos tentando criar condições de um fundo de aval. Isso tem a ver com algo como se fosse banco do povo, fundo de aval.

Os problemas são os mesmos em várias áreas. Como é que um país como esse, que sempre foi feito para quem é rico, para os grandes, como é que você muda a administração e muda a cabeça para que se entenda que o problema é da massa dos que não têm recursos e, às vezes, não têm nem condições de dar aval? Então, temos de criar um fundo de aval, que está sendo estudado, aí, para esse programa específico, na área rural.

Agora, vejam, senhoras e senhores, por que é que estou colocando tanta ênfase nessa questão da organização? Porque eu creio que, por sorte para nós todos, com a estabilização da moeda, com o fato de o governo ser correto, de não estar esbarjando dinheiro, de dizer não, como eu digo com tanta freqüência, de segurar, muitas vezes, aumentos, embora saiba que os aumentos são até justos, mas não tem os recursos, nós começamos a dispor de alguns fundos para atendimento das populações mais carentes e para que setores chaves da sociedade brasileira, que precisam de certos tipos de apoio. Eu mencionei o FAT. Eu mencionei o FGTS. O BNDES dispõe de recursos. O BNDES está mudando. O próprio BNDES, que foi o banco, por excelência, para fazer as coisas grandes no Brasil, tem já dinheiro até para treinar gente para o banco do povo. Tem dinheiro, está começando a ter dinheiro para certas áreas críticas, na questão até de capital de giro.

Pois bem, estamos tentando mudar essa mentalidade toda. Daqui por diante, a quantidade é sempre importante, mas não vai adiantar se não vier junto com a qualidade, com a gestão, forma de organização, motivação, forma de treinamento, controle do resultado. Isso é um sinal de maturidade do país. Mas nós precisamos entender que não é fácil mudar tudo isso no seu conjunto. E não é só mudar uma lei no Congresso, porque vocês sabem que isso é facílimo. Mas é mudar, no conjunto, as práticas, além das dificuldades que se encontram nas mudanças de reformas institucionais.

Mas, feitas as reformas, começa o trabalho mais difícil, que é mudar, realmente, a forma de organizar, a forma de gerir, mudar o governo. Reforma do governo não é uma lei. É uma mudança muito mais complicada. E no meio dessa mudança mais complicada, que eu acho que é mais importante do que da gestão, da motivação, do entrelaçamento entre a sociedade e o governo, como é que faz com que a própria população participe, como no caso da habitação, da definição de prioridades? Como é que se criam os conselhos locais? Tudo isso é uma engenharia — não é nem engenharia, se fosse engenharia seria mais fácil — mas é todo um processo social de mudanças, que é muito mais difícil. É claro que a sociedade resiste. A sociedade somos nós. Nós todos resistimos, nossa cabeça. Cada um de nós tem lá suas dificuldades de ajustamento. Isso, multiplicado por milhões, é o que faz a mudança social ser um processo, naturalmente, um pouco lento, às vezes. E reage.

Outro dia, eu li no jornal que eu visitei uma escola, na Bahia, e dei uma aula — fingi que dei, porque não sei dar aula para criança — mas, enfim, fui lá para dar um sinal de importância da educação primária no Brsil e que essa escola não está tendo atendimento disso ou daquilo. Não sei se é certo ou se é errado. Mas é ridículo o argumento. Porque isso é argumento para mostrar que precisa mais. Não é que não devia ter ido lá ou que foi lá e não fez. Não, não cabia a mim fazer mais. Mas nós todos temos de fazer. E também não estou culpando ninguém, não. Sei lá o que está acontecendo na escola, qual é a dificuldade objetiva que houve nessa escola, especificamente.

Há muitos casos em que a gente inaugura o programa, tenta funcionar e, aí, começa a realidade a se ajustar. Eu fui, outro dia ao Nordeste, perto de Cabo, lá, em Pernambuco, para uma questão de trabalho infantil. O programa deve atingir 11 mil crianças. E a primeira rodada eram 1.700, para tirar do trabalho, um trabalho que era nocivo à saúde da criança, e a criança ir para a escola. Aí, começam os problemas: cadê a escola? E quem é que faz a escola? É o governo federal? Não é. Então, quem é? É o municipal? É o estadual? Como é que se entrosa? Não tem a escola. Tira a criança do trabalho e não tem a escola. Dá a bolsa, mas não tem o que fazer com a bolsa. Ou não dá a bolsa. Não chegou o dinheiro lá.

Isso é o cotidiano. Agora, isso, que é visto às vezes... Não estou dizendo que não critiquem. Tem de entender que isso é a mudança. E quando a gente tenta fazer e não consegue, tem de tentar de novo. Mas dizer: 'Ah, não deu para fazer...' Tenta de novo. E a realidade não obedece a um botão. Não é que não obedece ao presidente da República. Não obedece a ninguém. A realidade somos nós. É o conjunto. É um processo muito mais diferenciado, amplo e complexo.

Nesse processo, se não houver entrosamento dos vários níveis, primeiro, da sociedade com o governo, com o Estado, canais que permitam a isso aí, canais nos dois sentidos, em que flua a demanda, faça a motivação, não-sei-o-quê, tem de ter. Ponto dois: a interação entre o nível municipal, o nível estadual e o nível federal. Não dá mais para pensar o Brasil a partir de Brasília. É ridículo. Não tem sentido. Nós somos o Brasil. Esse nós não sou eu, somos nós mesmo. É todo mundo. É o conjunto.

Então, eu acho que essa articulação é fundamental. E é isso que a Ana Peliano, no final das contas, nos disse aqui. O Programa Comunidade Solidária, primeiro, não tem um tostão dele. O dinheiro é do Orçamento que é o dinheiro que vai para os ministérios. Segundo, o programa não tem de ter burocracias. Ele tem de ter a capacidade de articular, dentro do governo, as burocracias, os níveis de decisão, os comandos. Terceiro, isso não pode ser visto só em nível federal. Tem de haver articulação por governos estaduais. E, depois, junto com os governos municipais. E tudo em conjunto com a sociedade. É dificílimo, é claro. Mas é assim que se faz. É assim que se cria um país novo, que é o que nós precisamos fazer, é o que nós estamos lutando cotidianamente para fazer. Isso é mudança social. Isso é dar atenção ao social. Dar atencão ao social não é simplesmente fazer um discurso, nem é simplesmente saber quanto tem no orçamento. É muito mais do que isso, e é muito mais difícil do que fazer um discurso e de saber quanto tem no orçamento, porque é o cotidiano de luta, de motivação, de acerto, desacerto, de erro, de correção do erro, de ver que não dá para fazer porque não tem material humano para fazer. Criar condições de profissionalização leva tempo mas tem de fazer. É isso no seu conjunto que tem de ser feito.

E o Conselho do Comunidade Solidária não cuida do orçamento aqui, cuida da articulação para fora e de inovação de programas, que programas novos podem ser feitos com recursos que não vêm do Estado, que vêm da sociedade. Como é que isso pode, pelo exemplo, se multiplicar. Pode ou não pode, como é que avalia, cria forma de avaliação. Enfim, são, realmente, práticas bastante inovadoras.

Então, eu lhes digo tudo isso, e perdoem eu ter falado demais, para mostrar o seguinte, eu acho que essa ação conjunta, persistente, perseverante, paciente, mas reiterada, é o que muda. Ninguém muda, senão assim, através de muita luta no cotidiano. A idéia da grande mudança, como se fosse o Big Bang, que fez nascer o universo, não existe, é uma idéia mas não é uma realidade. Pode haver momentos em que haja uma fratura, mas depois da fratura, o que acontece? Nada, se não houver continuidade no processo de transformação, se não houver essa luta permanente e essa articulação permanente, que vai tecendo outras formas de organizar a sociedade, que vão se desenvolver no tempo, que não vai se desenvolver num dado momento. E ninguém pode pensar em termos da própria biografia, muito menos de um mandato ou muito menos de um interesse de outro tipo, porque não dá tempo. Quer dizer, o que se tem de fazer é estar convencido do que está fazendo o que pode, para que as coisas melhorem.

Eu acho que o sentido desse programa é esse. E o sentido dessa interlocução é essa de nós, mutuamente, nos convencermos de que é preciso fazer. Criticarmo-nos, para saber se dá para fazer melhor, corrigir e também não desanimar nunca, porque, na verdade, as coisas estão melhorando — aqui estão os dados. Estão melhorando. E vão melhorar mais, no tempo, se houver persistência.

Então eu gostaria somente de reiterar que depois desses dois anos de experiência, dessas formas mais inovadoras, de lidar com a questão social, embora no começo tenha havido muita incompreensão — e ainda hoje haja muita incompreensão e muita demagoia, ao redor de número, de gente que não entende de número. Mas, na verdade, as coisas estão mudando, e estão mudando para melhor, porque está começando a haver no Brasil um espírito de articulação. Está começando a haver a compreensão de que certos programas, certas questões, não podem ser tomadas, nem em termos personalistas, nem partidários e, muito menos, sectários. Têm de ser vistos com um espírito mais amplo, de interesse público, que requer — daí o nome — uma certa solidariedade. Independentemente que nós, em cada partido, ou nos vários, ou em cada seção, cada seita que se tenha, ou que seja, briguemos, noutros momentos, por outras razões, ou até pelas mesmas, na maneira de conceber as coisas, mas é preciso que a sociedade moderna, ela só se transforma — e nós estamos nos modernizando, nesse sentido — quando ela consegue criar muitos âmbitos de negociação, de decisão, de transformação, de tolerância, de diálogo. Sem isso não se transforma, porque a sociedade moderna é muito grande, é muito segmentada, os interesses são muitos diversificados. Pouca coisa, em termos de grandes valores, une. Une no abstrato, mas as coisas, na prática, são mais difíceis.

Então, ela tem de criar, também, esses mecanismos muito diversificados, de modificação, de discussão e de inclusão, para usar a palavra que é muito habitual hoje, de inclusão. São mecanismos que permitem a inclusão, porque sem eles não há inclusão possível, ninguém se inclui, a não ser através de alguns canais, de alguns mecanismos, que permitam essa inclusão.

E esse programa faz um esforço, no sentido de aumentar os canais que permitam a inclusão daqueles que estão excluídos da sociedade.

Termino agradecendo a vocês a paciência de terem me ouvido dizer coisas que vocês, provavelmente, já sabem, números que provavelmente já conhecem. Mas, de qualquer maneira, eu queria, como presidente da República, expressar a minha satisfação pelo esforço que vocês todos estão fazendo ou, para ser mais adequado, o esforço que todos que estão envolvidos nesse programa, do governo e fora do governo, dos vários governos, contra o governo, estamos fazendo."